Parte da realidade da dívida soberana que as nações possuem (mini análise)

Para começar a desagregar este imenso tema económico tão análogo e importante, há que observar com objetividade as narrativas tradicionais que se ministram desde a educação inicial e nas universidades. O que faço aqui não consiste em desprezar o conhecimento académico com arrogância, mas sim em entender com maturidade que nessas salas de aula se ensina uma versão teórica e idealizada do mundo, desenhada para explicar como deveria funcionar um modelo económico perfeito, mas que não reflete a precisão e a crudeza da maquinaria de extração do sistema financeiro que opera na prática quotidiana.

Aos estudantes e à maioria das pessoas repete-se constantemente, através de grossos livros e notícias, que os países emitem obrigações de dívida pública ou pedem dinheiro emprestado ao estrangeiro para construir pontes, hospitais modernos, escolas e para gerar um suposto progresso material que finalmente beneficiará todos os cidadãos, vendendo desta forma a ilusão metódica de que a dívida soberana é uma nobre ferramenta de crescimento económico, assegurando que, se o governo em funções a administrar bem, o país avançará indubitavelmente rumo à prosperidade e ao desenvolvimento pleno. Porém, a crua realidade, matemática e oculta nos verdadeiros fundamentos do sistema financeiro global, é diametralmente oposta a essa narrativa académica. A dívida soberana não é nem nunca foi um instrumento de desenvolvimento real para os povos; é um mecanismo de ancoragem financeira sumamente sofisticado e desenhado milimetricamente desde a sua conceção original.

As dinâmicas e estruturas que regem o sistema global não outorgam enormes quantidades de capital às nações com a premissa de que algum dia o capital principal será devolvido na sua totalidade para fechar o ciclo. O objetivo funcional e histórico desse financiamento massivo não é a devolução do dinheiro emprestado; de facto, o próprio desenho do sistema estabelece, mediante as suas próprias regras matemáticas, que seja estruturalmente impossível que um país pague a sua dívida por completo, devido à força implacável do juro composto e à constante necessidade de emitir mais dívida nova simplesmente para cobrir o défice gerado pela dívida antiga. A função real foi e será sempre que a nação fique permanentemente endividada num fluxo perpétuo, porque um país que deve estruturalmente o que não pode pagar em circunstância alguma passa a estar subordinado e cede automaticamente a tomada das suas decisões mais importantes às dinâmicas que providenciam e administram esse fluxo de capital vital para a sua sobrevivência diária.

Mas para entender a anatomia real desta amarra é preciso somar um nível técnico fundamental que os analistas (básicos) habitualmente ignoram por completo, visto que no tabuleiro global nem toda a dívida soberana funciona da mesma maneira nem tem as mesmas consequências imediatas sobre a nação que a emite. A teoria básica coloca todos os países no mesmo saco, assumindo que o endividamento é um conceito universal estático, mas a realidade é que o impacto destrutivo desta cadeia depende de um fator estrutural vital: não é a mesma coisa emitir dívida em moeda própria do que emitir dívida em moeda estrangeira, e aqui reside uma das maiores diferenças do sistema internacional. Não é o mesmo o caso dos EUA, que emitem a sua imensa e colossal dívida em

dólares, detendo o privilégio absoluto de controlar a máquina que imprime essa mesma moeda quando o sistema o requer, podendo diluir os seus passivos através da inflação que acaba por exportar para o resto do mundo para que outros paguem o custo do seu excesso, permitindo-lhes sustentar a sua fachada totalmente falsa sem o risco de um colapso externo iminente.

Tampouco é o mesmo o caso do Japão que, embora possua uma dívida monstruosa que supera largamente o seu produto interno bruto, a tem estruturada quase na sua totalidade internamente e denominada em ienes, o que permite ao seu banco central manipular as taxas e sustentar a estrutura sem falir de um dia para o outro, porque o dinheiro é devido, na sua maioria, aos seus próprios cidadãos e instituições internas.

Essa flexibilidade contrasta brutalmente com casos como o da Argentina, um país que se endivida historicamente em moeda estrangeira, principalmente em dólares — ou seja, numa moeda que não produz, que não controla e que não pode imprimir —, ficando completamente à mercê das taxas de câmbio internacionais e das fugas de capitais que destroem ciclicamente a sua economia ao não conseguirem gerar internamente as divisas suficientes para pagar os juros, sufocando o seu aparelho produtivo e forçando-os a desvalorizar a sua moeda local até destruir o poder de aquisição dos seus habitantes em questão de meses. Outro exemplo é o da Grécia, que ao entrar no euro perdeu por completo a sua soberania monetária e, quando a crise estalou, não pôde desvalorizar a sua própria moeda para amortecer o golpe, ficando submetida a um resgate que obrigou à venda de ativos estatais, portos e aeroportos a capitais estrangeiros para pagar as dívidas, demonstrando que a dívida em moeda estrangeira ou numa moeda que não controlas diretamente é uma corda que aperta o pescoço do país à primeira falha de financiamento.

Desta forma, evidenciamos como o sistema financeiro classifica os países entre aqueles que administram o jogo — ou seja, as potências e onde se encontram as sedes financeiras mais importantes — e aqueles que constituem o terreno de onde se extrai mais valor.

Para que tudo isto da dinâmica geral da dívida se entenda de forma muito simples e fique absolutamente claro para a maioria dos níveis de compreensão sem nos enredarmos em termos macroeconómicos complexos, imaginemos um cidadão que ganha cem moedas por mês pelo seu trabalho real produtivo, mas que é convicto pela publicidade e pela pressão do seu meio a gastar duzentas para manter um estilo de vida de aparências e luxos que não corresponde à sua verdadeira capacidade financeira. A entidade fornecedora de fundos empresta-lhe a diferença com um trâmite simples e facilita-lhe todo o crédito que peça, mas cobra-lhe juros que crescem de forma incessante e silenciosa mês após mês. Chegará um ponto inevitável no futuro em que esse cidadão terá de usar todas e cada uma das suas moedas produtivas apenas para tentar pagar os juros mínimos do empréstimo, sem conseguir tocar jamais no capital da dívida principal. A partir desse preciso momento, esse cidadão já não trabalha para si próprio nem para o futuro da sua família; agora, o seu esforço físico, o seu tempo e a sua energia mental convertem-se em propriedade funcional da entidade que o financia e, se lhe forem impostas novas regras, condições e cortes na comida da sua própria casa para continuar a aceder ao crédito que o mantém à tona, aceitá-las-á, porque a sua sobrevivência aparente na sua mente depende inteiramente disso.

Isso exatamente é o que acontece com as nações a uma escala gigantesca e muitíssimo mais sofisticada: essa dívida impagável obriga os países a destinar uma parte enorme da produção real dos seus habitantes, dos impostos e dos seus recursos para pagar juros que se renovam ciclicamente. E aqui é que entram os políticos em funções: todos esses dirigentes que vemos aparecer dia após dia na televisão a falar de orçamentos históricos e de soberania nacional são, na prática, simples administradores da carteira de dívida externa e interna. Não governam com autoridade própria nem detêm o controlo absoluto dos destinos da nação que dizem liderar; governam exclusivamente para cumprir com as quotas e os vencimentos que mantêm a maquinaria em funcionamento para que o sistema não lhes corte o oxigénio. E como o país não pode pagar as suas obrigações de capital e precisa sempre de refinanciar essa dívida antiga emitindo nova dívida com taxas distintas para não falir, estabelecem-se condições ineludíveis a partir das instituições que estruturam essas obrigações, constituindo assim um ciclo sem fim.

Ao chegar a este ponto, o tema da degradação profunda das nações é fundamental, e devo fazer um esclarecimento imenso e categórico para não cair na análise simplista e cega que tanto abunda nos discursos populares ou nas redes sociais: não podemos cometer o erro de atribuir toda a culpa da degeneração cultural, da perda de valores fundamentais e da implantação de ideologias vazias à dívida soberana ou às instituições financeiras, tal como se faz tanto dia após dia.

Como já ensinei, a dívida é a ferramenta de subjugação financeira, mas sob nenhum conceito é integralmente a causa da putrefação interna da sociedade. As ideologias destrutivas, o libertinagem, a suposta "confusão" dos jovens e a alteração dos valores não nascem magicamente de uma obrigação soberana ou de uma taxa de juro usadas como arma — digo isto porque muitos afirmam que os detentores da dívida e grande parte do sistema financeiro utilizam todos esses instrumentos financeiros para obrigar a sociedade a corromper-se e a encher os cidadãos de antivalores, patrocinando essas agendas.

No entanto, eu discordo. Realmente, estas coisas negativas que associam ao sistema financeiro como patrocinador nascem única e exclusivamente do cérebro retorcido, vazio e afastado da ordem natural da própria gente. O sistema financeiro não precisa de forçar uma sociedade virtuosa a corromper-se sob ameaça; simplesmente identifica as paixões mais baixas, o facilitismo e a podridão que já habitam por vontade própria na mente das multidões, e então financia-as. O político em funções não impõe a corrupção moral e ideológica à força contra um povo — isso já se sabe —, o político legaliza, promove e expande as ideologias de distração e o vazio intelectual e moral que a própria massa já reclama a gritos para satisfazer o seu estilo de vida vão. A dívida apenas faculta o capital e os recursos para que essa sociedade possa financiar a sua própria deterioração moral sem ter de enfrentar de imediato as consequências produtivas da sua decadência.

E aqui serei um pouco mais duro quanto à minha opinião, porque o sistema financeiro pode de facto afetar economicamente sem permissão os cidadãos, sim, mas só pode afetar a mente do cidadão se o próprio cidadão o permitir e se deixar corromper. O sistema financeiro que detém o controlo da dívida das nações ajuda simplesmente a consolidar a oferta dessas práticas, porque sabe que uma população submersa no efémero é dócil; mas, no final do dia, é a mesma gente, com a sua própria vontade e a sua mente orientada para o facilitismo, que tem a última palavra e decide encher-se delas.

A multidão escolhe abraçar essas ilusões temporais e aplaude a sua própria decadência; o sistema coloca a oferta e o povo, por ignorância, escolhe-a, resultando numa sociedade mergulhada na ignorância total, tal como hoje em dia, em que esquecem completamente o que é importante e vivem em falsidades que não contribuem absolutamente em nada para as suas vidas nem para a nação onde habitam. E isto provoca que os mesmos cidadãos não tenham sequer 1% de consciência do que realmente importa, muito menos da dívida soberana que a sua nação possui e daquilo que os políticos fazem diariamente como administradores e responsáveis pela mesma. Portanto, no plano financeiro, o sistema pode de certo modo obrigar muitos cidadãos, mas naquilo que adotam como hábito e ideologia, não.

Agora, para finalizar, há que compreender qual é o objetivo final e tangível deste endividamento soberano e o que acontece realmente quando um país chega ao limite matemático e supostamente reestrutura a sua dívida ou recebe um resgate internacional. A narrativa oficial vende sempre estes salvamentos como ajudas técnicas ou boias de salvação para que o país não caia no abismo, mas a realidade operativa é que o sistema financeiro não emite créditos por caridade. A arquitetura deste mecanismo dita que as instituições que regem a ordem global criam esse dinheiro que emprestam literalmente impresso, mediante simples dígitos num ecrã e a expansão de balanços contabilísticos que não lhes custam qualquer esforço produtivo, exigindo contudo que o respaldo e o pagamento dessa dívida digital e fictícia sejam entregues sob a forma de riqueza física e totalmente real.

Quando a nação sufocada já não consegue pagar sequer os juros e a insolvência é iminente, os credores entram em ação para oferecer o suposto resgate, impondo os famosos ajustes estruturais, que no fundo não são outra coisa senão a ordem de execução e liquidação dos ativos da nação, obrigando o Estado a privatizar e a liquidar os seus portos, redes elétricas, estradas, reservas de água doce, recursos minerais e empresas produtivas estratégicas a preços vantajosos, para os entregar diretamente aos grandes fundos corporativos que gerem o capital. O sistema entrega números vazios impressos à vontade e, em troca, com o passar do tempo e através da sufocação implacável dos juros, extrai valor físico, a matéria-prima e a infraestrutura real de um território inteiro, despojando o país dos seus próprios alicerces de forma estritamente legal, até que os cidadãos terminam a pagar portagens, tarifas e rendas a corporações externas por usarem aquilo que historicamente não tinha custo, demonstrando de forma inegável que a dívida soberana é, na sua fase culminante, uma arma financeira contra as nações, completando um ciclo extractivo implacável perante os olhos de uma multidão que jamais o compreenderá, até que deixem de pertencer a essa multidão ignorante.

Com isto deixo este último rastro de realidade sobre a mesa. Foi uma mini aula com muitíssimo valor subjacente, com um monte de valor oculto para quem o souber extrair, e teremos a parte 2 desta mesma aula dentro de uma semana, visto que é um tema vasto e no qual continuarei a aprofundar. Isto é para a academia de True Trading, e já sabem que, se algum atrevido tentar roubá-lo e vendê-lo ou cedê-lo noutro espaço comunitário atribuindo-o a si mesmo, tal não lhe pertence, e isso mesmo revelará muito sobre a sua moral e ética laboral. Sendo assim, que abundem as reações a este PDF, pois reagir é gratuito!